

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.376 - SP (2020/0262641-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : ADSON JEAN MENDES LAVOR E OUTRO(S) - SP430525
AGRAVADO : C R M A (MENOR)
AGRAVADO : R K A - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RENATA KINKLE - DEFENSOR PÚBLICO

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra a decisão que não admitiu o seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. Deficiência no acompanhamento do processo de parturição. Coautora que padece de paralisia cerebral, decorrente das condições de nascimento. Prova pericial que aponta para a deficiência na conduta médica que retardou o parto para data que superava 41 semanas de gestação, quando se recomendava internação e indução de parto. Negligência constatada. Nexo de causalidade presente. Necessidade de majoração da quantia fixada para R\$ 100.000,00. Dano ao projeto de vida. Dano material devido. Pensão vitalícia mantida. Termo inicial dos juros de mora. Data do evento danoso. Manutenção, consoante teor da Súmula nº 54 do STJ. Recurso do Estado e remessa necessária desprovidos, recurso da autora provido.

Alega a ocorrência de divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e julgado desta Corte Superior. Sustenta que a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Como se sabe, não há critérios objetivos legalmente fixados para fixação do dano moral. Portanto, o juízo, ao fixar o dano moral, já o fez considerando os valores vigentes na data do arbitramento, e não na data do evento danoso. Deste modo, não há que se falar em atualização monetária a partir do evento danoso.

Neste sentido, dispõe a Súmula 362/STJ:

A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.

Importante frisar que, ainda que se trate de dano moral decorrente

de responsabilidade civil extracontratual, a orientação da Súmula 362, sendo inaplicável a Súmula 43, que enuncia que "[i]ncide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo", nem a Súmula 54 que trata do termo inicial dos juros.

Vale lembrar que enquanto a correção monetária visa indenizar o credor dos efeitos da inflação, a natureza do juro é diversa decorrendo da mora decorrente do prejuízo sofrido.

O STJ, julgando caso idêntico ao dos autos, deu interpretação diversa da do TJ-SP, conforme se extrai do acórdão do AgRg no REsp 1.124.835/RS, assim ementado:

(...)

Passa-se ao cotejo analítico.

Naquele caso, assim como no presente, tratou-se de ação indenizatória movida contra a Fazenda Pública.

No acórdão paradigma (AgRg no REsp 1.124.835/RS), o STJ decidiu "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento, a teor do que prescreve a Súmula 362 desta Corte. Assim, inaplicável, nesses casos, o enunciado da Súmula 43/STJ."

Nítida a divergência jurisprudencial, uma vez que para os mesmos fatos (ações indenizatórias contra o Estado com condenação em danos morais), houve distintas interpretações no tocante ao termo inicial da correção monetária da indenização por dano moral (fls. 1.052-1.054).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, "uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula n. 284/STF". (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp

Superior Tribunal de Justiça

1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente